

Professores da rede estadual do Amazonas entram em greve

Professores do Amazonas deflagram greve na rede estadual – Foto: Divulgação/Sinteam

Paralisação iniciou nesta segunda-feira em escolas da capital. Classe pede reajuste de 15%. Secretaria de educação calcula que 420 mil alunos podem ser afetados.

Os professores da rede estadual de ensino do Amazonas oficializaram, nesta segunda-feira (15), o início da greve e paralisação nas atividades dentro das escolas do estado. A classe pede reajuste de 15% – a contraproposta do governo é de 3,93%. Sem acordo, professores foram às ruas nesta manhã, debaixo de chuva, para oficializar a greve.

São duas frentes, da mesma classe, que batalham pelo reajuste. O Sinteam, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas, e a Asprom Sindical, que é o Sindicato dos Professores e Pedagogos de Manaus. Ambos pedem o mesmo valor de reajuste.

A Justiça do Amazonas determinou, na sexta-feira (12), ao Sinteam a suspensão do indicativo de greve e, em pedido de tutela provisória de urgência, a abstenção de deflagração da paralisação em qualquer grau. A pena diária é de R\$ 20 mil. Alega-se, então, que a greve é ilegal.

A Secretaria de Educação, em nota, reforça a decisão judicial e calcula que a paralisação pode afetar até 420 mil alunos atendidos pela rede pública atualmente.

Grupo de professores da rede estadual fizeram longa carreata pelo Centro de Manaus – Foto: Patrick Marques/G1 Amazonas
Grupo de professores da rede estadual fizeram longa carreata pelo Centro de Manaus – Foto: Patrick Marques/G1 Amazonas

Grupo de professores da rede estadual fizeram longa carreata

pelo Centro de Manaus – Foto: Patrick Marques/G1 Amazonas

O Sinteam, em carreata pelo Centro da capital amazonense, afirma não ter recebido a notificação judicial e segue com o movimento grevista.

“A greve já está acontecendo. Realizamos essa caminhada pelo Centro de Manaus e a greve deve seguir até termos um acordo com o Governo. As escolas estão paradas”, disse Mariane Cruz, assessora do Sinteam.



Asprom Sindical protesta por reajuste salarial de professores do Amazonas – Foto: Divulgação/Asprom Sindical

A Asprom Sindical, que já havia também cumprido o prazo de indicativo, deflagrou a greve dos afiliados às 9h (horário local). O coordenador financeiro do sindicato, Lambert Melo anunciou que o grupo tem a pretensão de atingir a paralisação de 70% dos trabalhadores da área.

O grupo, também debaixo de chuva, se reuniu em protesto em frente à sede do Governo.

“A gente consegue ter uma previsão inicial de que mais de 300 escolas públicas na capital devem parar as aulas. Até o meio

da semana, já contando com a adesão de professores de colégios do interior do Amazonas, a gente pretende atingir o limite de paralisação. Tudo dentro da lei”, afirmou Lambert.

O que diz a Seduc?

Em nota oficial, a Secretaria de Educação reafirma que se mantém aberta ao diálogo com a classe e reforça o respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impede a oferta de um percentual que ultrapasse a data-base. Leia na íntegra:

“A decisão da Justiça, que atende um pedido da Procuradoria Geral do Estado (PGE) em relação ao indicativo de greve dos sindicatos, tem como objetivo assegurar o funcionamento da rede estadual de ensino e não prejudicar os 420 mil alunos que hoje são atendidos pela rede. Vale ressaltar que Governo do Amazonas, que em janeiro honrou o pagamento 9,38% da data-base de 2016, tem se mantido aberto ao diálogo com os representantes das categorias para apresentar as propostas e possibilidades do Estado em relação às reivindicações dos trabalhadores da educação e já assegurou o pagamento da data-base em percentual de 3,93%, como fez com a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e delegados de Polícia Civil.

Todas essas categorias receberão em relação a 2019 a reposição salarial, uma vez que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impede a oferta de percentuais maiores na data-base. Para os trabalhadores da educação, além do cumprimento da data-base, o Estado apresentou a proposta de pagamento das progressões horizontais por tempo de serviço, garantindo mais 2% de reajuste para 22 mil profissionais da educação. Além disso, propôs o pagamento das progressões verticais por qualificação que podem representar ganhos de 12%, 50% e 55%. As duas propostas foram apresentadas como uma alternativa para garantir ganhos reais aos servidores da educação.”

Por Isabella Pina e Patrick Marques, G1 AM

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP

(JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: WWW.folhadoprogresso.com.br E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br e/ou e-mail: adeciopiran_12345@hotmail.com